

Mário de Andrade: um nacionalista ou um regionalista paulista no Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?

Carolino Marcelo de Sousa Brito

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Porto Alegre - Rio Grande do Sul - Brasil
cmsbrito@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objetivo compreender a narrativa patrimonial brasileira que emerge nas primeiras décadas do século XX, nascendo juntamente com o debate sobre a origem da nação. Nesse sentido, diversos discursos são enunciados para legitimar nosso passado de origem, procedentes de diferentes lugares sociais. Assim sendo, tomamos o nacionalismo enquanto discurso, narrativa e dispositivo, direcionando nossa respectiva análise para o conflito, a luta e a disputa existentes no momento em que ocorre a invenção do passado e do patrimônio histórico e artístico nacional. A busca pelos autênticos vestígios da nossa origem foi responsável pelo surgimento de determinadas narrativas de nacionalidade e, embora todas estivessem imersas nos discursos regionalistas, somente as narrativas vencidas foram tomadas como regionais e a narrativa vencedora como nacional. O discurso de Mário de Andrade é emblemático para a compreensão da disputa sobre a narrativa nacional. O lugar de origem e os regionalismos presentes em seus discursos sobre a origem da nação são fundamentais para compreendermos a eleição da narrativa nacional e dos símbolos totêmicos da nacionalidade.

Palavras-chave: Mário de Andrade. Nacionalismo. Regionalismo. Patrimônio nacional.

Introdução

No primeiro momento desse texto vamos elucidar algumas questões acerca de conceitos como nacionalismo, nação e nacionalidade, para assim compreender melhor como ocorreram os embates no Brasil em torno da ideia de nação. Esses conceitos estão presentes e são caros a diversos estudos históricos por estarem imbricados a diversas temáticas, temporalidades e espaços na historiografia brasileira. Todavia, não pretendemos com este texto perpassar todo o debate sobre o nacionalismo, haja vista a dimensão e diversidade da historiografia que se debruça sobre esse conceito. Em vez disso, selecionamos autores como Craig Calhoun, Durval Muniz de Albuquerque Jr, Michel Foucault, Giorgio Agamben e Homi Bhabha, pois, em linhas gerais, esses autores compreendem o nacionalismo enquanto discurso, dispositivo e narrativa, e fornecerão, portanto, uma abordagem mais apropriada para compreender os discursos regionalistas, especialmente o de Mário de Andrade, presente em sua pesquisa sobre o patrimônio histórico e artístico de São Paulo, seu estado de origem.

O debate sobre o nacionalismo é determinante para a compreensão do processo de valorização de uma determinada cultura material como patrimônio histórico e artístico nacional, posto que compreendemos esta valorização como resultado das redes discursivas voltadas ao nacionalismo no Brasil e da consequente busca pela construção de uma identidade nacional. Uma dada cultura material, como objetos, arquitetura e até mesmo cidades, sofreu este processo de significação através do discurso do nacionalismo vigente em um determinado momento. Esta rede discursiva fabricou historicamente a autenticidade deste patrimônio arquitetônico como símbolo da nacionalidade. Deste modo, se apresenta como um constructo que tem como objetivo mediar a relação daquele presente com um determinado passado: a origem da nação.

Nesse sentido, tomamos um objeto patrimonializado como “semióforo”, conceito esse forjado pelo historiador polonês Krzysztof Pomian (1984), em seu clássico estudo sobre a musealização de objetos materiais intitulado “coleções”. No referido texto, Pomian identificou a capacidade que alguns objetos possuem de mediar nossa relação com outros espaços invisíveis, inclusive com o passado e com os mortos. Para ele os objetos museificados não possuem mais a utilidade para a qual foram construídos. Assim, roupas e sapatos não servem mais para vestir e calçar; lampiões não são mais utilizados para iluminar as ruelas escuras; facas, garfos e colheres não auxiliam mais na alimentação cotidiana; ou seja, sua exclusiva função é de se oferecer ao olhar, mediando a relação do presente com o passado por meio de determinadas narrativas, a exemplo da nacional. Contudo, conforme aponta Pomian (1984), alguns raros objetos têm duas funções na sociedade: os *semióforos*, que são dotados de significados, por proporcionar aos espectadores o prazer estético, o reconhecimento científico e o valor histórico; e os *objetos utilitários*, aqueles que têm uma utilidade de uso cotidiano, que desempenham na sociedade a função para qual foram construídos, pela cultura humana.

Entre estes objetos se encontra o patrimônio arquitetônico, pois mesmo tombados esses edifícios continuam a exercer sua função de habitação ou alguma ocupação institucional e comercial. Contudo, o que nos interessa nesta escrita é a função de semióforo, ou mais precisamente como uma dada cultura material foi engendrada pela narrativa nacional. Isto é, como o discurso do nacionalismo transformou esta cultura material em símbolo totêmico da origem cultural e política da nação. Embora seu estudo não seja direcionado à significação da cultura material por meio da narrativa nacionalista, Pomian (1984) destaca que esta materialidade não tem o mesmo valor para todos os

grupos, quer dizer, aquela mesma cultura material pode possuir um significado simbólico para determinada coletividade, ao passo que pra outra coletividade não, tal como a narrativa que significa o patrimônio histórico e artístico nacional, que ao ser engendrada pela narrativa nacional, limita este reconhecimento nas divisas de suas fronteiras com outras nações.

Sobre o processo de significação histórica de um objeto, Pomian (1984, p. 68) destaca que a diferença na percepção entre o que se vê, o visível (presente), com o invisível (passado), é que este último só é possível por meio do discurso, da narrativa, da linguagem, “é a linguagem que engendra o invisível”. Logo, partindo desta leitura de Pomian (1984) sobre a significação desta cultura material por meio do discurso, da linguagem e da narrativa, nos parece harmonioso tomar o nacionalismo como um discurso (CALHOUN, 2007), dispositivo (ALBUQUERQUE JR, 2009; FOUCAULT, 2015; AGAMBEN, 2005) e narrativa (BHABHA, 1998). Esses autores, embora possuam interpretações distintas sobre o nacionalismo, encontram na linguagem o seu campo de disputa. É por meio da linguagem que os nacionalismos emergiram, foram inventados e disseminados.

O nacionalismo enquanto discurso, dispositivo e narrativa

Creig Calhoun (2007) é um destes autores que sugere tratar o nacionalismo como uma formação discursiva. Para o sociólogo estadunidense, seria uma tarefa impossível encontrar o primeiro exemplo do nacionalismo da era moderna e cada nacionalismo deve ser analisado por meio de suas especificidades históricas e culturais. Da mesma maneira, em uma crítica à leitura de Gellner sobre o nacionalismo, aponta que o nacionalismo não é apenas uma doutrina política, mas uma forma básica de falar, pensar e agir. Calhoun defende ainda que necessitamos ver o discurso do nacionalismo como multidimensional, no qual a etnicidade é apenas uma das fontes potenciais para homogeneizar a nação. E, por fim, observa que as nações possuem múltiplas fontes e o discurso nacionalista é apenas uma destas. Em resumo, para Calhoun (2007) – recorrendo aos escritos de Michel Foucault –, o nacionalismo seria uma formação discursiva, ou seja, uma forma de falar que molda nossa consciência.

Michel Foucault (2015), em sua obra “Microfísica do poder”, disserta sobre o papel que o intelectual desempenhava na sociedade contemporânea. Foucault (2015, p. 52-53) ressalta a importância dos intelectuais por estes ocuparem uma “posição específica,

mas cuja especificidade está ligada às funções gerais do dispositivo de verdade em nossas sociedades”. Ao realizar sua argumentação, Foucault (2015, p. 53) aponta a importância do intelectual no regime de verdade, pois este sujeito “funciona ou luta ao nível geral deste regime de verdade, que é tão essencial para as estruturas e para o funcionamento de nossa sociedade”, e, por esta razão, o intelectual está inserido no combate “pela verdade” ou “em torno da verdade”.

Por regimes de verdade, Foucault (2015, p. 53) entende o “conjunto das regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. O autor apresenta sua compreensão da verdade como sendo “um conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados. A “verdade” está circularmente ligada a sistemas de poder, que a produzem e apoiam, e a efeitos de poder que ela induz e que a reproduzem. É interessante observar que, para Foucault (2015, p. 52), a verdade não significa um conjunto das coisas verdadeiras que estão à espera da sua descoberta ou a se fazer aceitar:

Cada sociedade tem seu *regime de verdade*, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (*Grifos meus*).

Ao tomar a nação na perspectiva foucaultiana “de Regime de verdade”, entendemos que a nação não estava à espera de ser descoberta, em vez disso, a nação brasileira pode ser compreendida como objeto de saber/poder estruturado como um regime de verdade, uma vez que, para Foucault,

aquilo qualificado de verdadeiro não habita num já-aí; antes, é produzido como acontecimento num espaço e num tempo específicos. No espaço, na medida em que não pode ser válido em qualquer lugar; no tempo, porque algo é verdadeiro num tempo próprio (CANDIOTTO, 2007, p. 204).

Para Foucault, a verdade é um acontecimento histórico, já que num determinado momento aquele discurso foi aceito como tal. Deste modo, o intelectual para Foucault está inserido em uma determinada relação de poder e configuração de saber que torna possível que determinados discursos sejam aceitos como verdade, o intelectual assume a posição de destaque com a especificidade da política de verdade, em meio aos dispositivos de poder existentes na sociedade. Mais adiante, surge o questionamento a Foucault sobre a função

metodológica do termo “dispositivo” que ele vinha usando em seus últimos trabalhos, tais como a História da Sexualidade.

Nessa perspectiva, se tomássemos o nacionalismo como um dispositivo foucaultiano, nosso olhar se voltaria para a multiplicidade de práticas discursivas e não discursivas como elementos que sustentariam esta rede. Assim, o dispositivo de poder se estabelece a partir desses diversos elementos, por meio do conjunto heterogêneo de práticas discursivas e não discursivas. Isto é, para Foucault (2015, p. 364), esta rede “engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo”. Em seguida, Foucault (2015, p. 364) demarca a natureza da relação que pode haver entre estes elementos heterogêneos, ressaltando que os dispositivos operam nos mecanismos, nas relações e nos jogos de poder:

Tal discurso pode aparecer como programa de uma instituição ou, ao contrário, como elemento que permite justificar e mascarar uma prática que permanece muda; pode ainda funcionar como reinterpretação desta prática, dando-lhe acesso a um novo campo de racionalidade. Em suma, entre estes elementos, discursivos ou não, existe um tipo de jogo, ou seja, mudanças de posição, modificações de funções, que também podem ser muito diferentes.

Por fim, Foucault (2015, p. 365) aborda a relação existente entre o dispositivo e o acontecimento quando expõe seu entendimento do “dispositivo como um tipo de formação que, em um determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência. O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. Desta maneira, o dispositivo do nacionalismo emerge em um dado momento, em um determinado espaço para responder a uma determinada urgência, logo, devemos falar em nacionalismos, dada a especificidade de cada momento histórico e espacial que estes dispositivos são acionados.

Não por acaso, os discursos nacionalistas encontrados nos textos de Fichte (2009), Ernst Renan (1997) e Lord Acton (2000), fundamentais para compreender o nacionalismo moderno, respondem a diferentes emergências que surgem entre os séculos XVIII e XIX na Alemanha, França e Inglaterra. Neste ínterim, a etnicidade, a língua e a convivência entre diferentes nações no mesmo Estado foram interpretadas de distintas maneiras. Fichte (2009) reivindicou a emergência da nação alemã legitimado pela etnia, cultura e língua germânica compartilhada por estes. Por outro lado, Renan (1997), em resposta a Fichte, desqualifica a etnia e a língua como constituidoras da nação moderna. Neste ínterim, para Renan (1997, p. 173-174), a nação é o “consenso, o desejo claramente expresso de continuar a vida em comum. A existência de uma nação é (perdoem-me esta

metáfora) um plebiscito de todos os dias, como a existência do indivíduo é uma afirmação contínua da vida”.

O discurso nacionalista de Acton (2000) não se difere de Fichte (2009) e Renan (1997) quanto à legitimação do imperialismo inglês no mundo, ao defender que a convivência pacífica entre várias nações seria garantida por um Estado forte, assegurando a liberdade individual, ao passo que condenava o nacionalismo étnico, físico, geográfico, linguístico e cultural. Assim, segundo Acton (2000, p. 36-37), “a combinação de diferentes nações num só Estado é uma condição tão necessária da vida civilizada quanto a combinação dos homens na sociedade. Na união política, as raças inferiores se elevam, através do convívio com raças intelectualmente superiores”. Para Acton, a nação era um ser moral e político, uma conquista impulsionada pelo Estado, que garantia a preservação da liberdade humana e a proteção da propriedade.

É possível tomar estes nacionalismos como um dispositivo foucaultiano, um acontecimento histórico, um acontecimento de verdade. Como bem observou Candiotti (2007, p. 207), para Foucault a história é o lugar “do acontecimento da verdade, razão pela qual esta é sempre uma perspectiva de verdade. O genealogista tem como tarefa inevitável (...) apontar o jogo sempre empírico e provisório a partir do qual articulam-se estratégias de poder e técnicas com pretensão de verdade”.

Além de percorrer as últimas obras de Michel Foucault, outro autor se dedicou ao termo foucaultiano: Giorgio Agamben (2005). Agamben relaciona o dispositivo de Foucault ao conceito de positividade de seu antigo mestre Hippolite, quando este se debruçou sobre Hegel. Em seguida, após realizar outras observações sobre o dispositivo nas obras daquele que forjou este termo, Agamben propõe situar os dispositivos em um novo contexto e, conseqüentemente, renunciar o contexto da filologia foucaultiana. Sugere ainda dividir duas grandes classes ou grupos: os seres vivos (substâncias) e os dispositivos, que são responsáveis por incessantemente capturar os primeiros; e, a partir da relação constante desses dois grupos é que resultam os sujeitos, é nessa relação que ocorrem os múltiplos processos de subjetivação, “do corpo-a-corpo entre os vivos e os dispositivos” (AGAMBEN, 2005, p. 13).

Agamben assume que a classe dos dispositivos elencados por Foucault era ampla e generaliza depois o que entende como dispositivo de “qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres vivos”, inclusive a

linguagem, que em sua opinião seria “o mais antigo dos dispositivos” (AGAMBEN, 2005, p.13). Nesse seguimento, segundo Agamben (2005), os sujeitos seriam o resultado desses processos de subjetivação, individualização e do controle que se estabelece entre os seres viventes e os dispositivos. Portanto, o dispositivo de Agamben abrange igualmente o nacionalismo, se compreendermos que de diversas formas e em diferentes lugares os seres são capturados, orientados, determinados, interceptados e modelados pelos discursos nacionalistas, inclusive com o patrimônio cultural nacional, pois “o dispositivo é, na realidade, antes de tudo, uma máquina que produz subjetivações, e só enquanto tal é uma máquina de governo” (AGAMBEN, 2005, p.15).

Como um dispositivo, assim é definido o nacionalismo por Durval Muniz Albuquerque Júnior (2009) em “A invenção do Nordeste e outras artes”. A sua escrita se fundamenta especialmente nos estudos de Michel Foucault para compreender o regionalismo nordestino e o nacionalismo que surge no início do século XX como resultado de um conjunto de regras de enunciação, o qual ele define como formação discursiva-nacional-popular, sustentado pelo dispositivo de poder da nacionalidade. Desta maneira, seu estudo traz à tona uma disputa por um objeto de saber e um espaço de poder, a nacionalidade e a nação. Deste modo, diversos intelectuais brasileiros se voltaram para este objeto de saber, originários de diferentes regiões do país, fazendo deste objeto de saber, a formação da nação brasileira, uma grande disputa intelectual. Em síntese, para Albuquerque Jr (2009, p. 61) a formação discursiva nacional-popular:

Participa do que poderíamos chamar de dispositivo das nacionalidades, ou seja, o conjunto de regras anônimas que passa a reger as práticas e os discursos no Ocidente desde o final do século XVIII e que impunha aos homens a necessidade de ter uma nação, de superar suas vinculações localistas, de se identificarem com um espaço e um território imaginários delimitados por fronteiras instituídas historicamente. Este dispositivo faz vir à tona a procura de signos, de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo. Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia.

Por isso, ao invés de tomar a nação e a região como uma comunidade imaginada com sua temporalidade homogênea, imaginada de maneira harmoniosa, sem embates, sem disputa, sem luta, Albuquerque Jr centra sua análise histórica na luta que ocorreu no momento em que estes espaços de poder foram constituídos. Sua análise põe em suspensão toda uma rede discursiva que definiu aquilo que seria a nação brasileira. Logo, a escrita deste historiador aguça nosso olhar para a disputa em torno da origem, do passado, e todos os símbolos do nacional, inclusive sobre o patrimônio histórico e artístico. Deste

modo, a nacionalidade fez emergir a história de cada região, das quais prevaleceu o passado paulista e nordestino “visto que São Paulo, Bahia e Pernambuco são tomados como células iniciais do tecido nacional” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p. 102). Com o ensejo de justificar as características econômicas e socioculturais das regiões brasileiras, como a decadência e atraso do Nordeste e o desenvolvimento e prosperidade do Sul,

verdadeiros mitos de origem serão criados pelos intelectuais de cada área, afirmando a diferença em relação ao seu espaço antagônico desde o início, explicando assim, as profundas diferenças regionais que começavam a vir à tona, além de colocá-lo no centro do processo histórico (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.102).

Por fim, podemos acrescentar a explicação de Homi Bhabha (1998) a respeito da nação: uma narrativa. O objetivo do texto de Bhabha não é o termo em si do “nacionalismo”, mas, conforme o autor destaca “de certa forma é em oposição à certeza histórica e à natureza estável desse termo que procuro escrever sobre a nação ocidental como uma forma obscura e ubíqua de viver a localidade da cultura” (BHABHA, 1998, p.199). Justifica o conceito de disseminação pela sua própria experiência como um imigrante no ocidente, e também como resultado do uso de Jacques Derrida em sua escrita. Bhabha reconhece a especificidade de cada processo de construção cultural de nacionalidade, contudo, o linguista se debruça em formular as “estratégias complexas de identificação cultural e de interpelação discursiva que funcionam em nome do povo ou da nação e os tornam sujeitos imanentes e objetos de uma série de narrativas sociais e literárias” (BHABHA, 1998, p. 199).

Deste modo, Bhabha diferencia a nação como: resultado da ambivalência entre a narrativa pedagógica e performática, com o objetivo de evidenciar que esta última, característica de minorias e grupos que vivem à margem, busca interromper a temporalidade historicista presente na narrativa pedagógica homogênea e linear. Assim, para Bhabha (1998, p. 199), a “noção do tempo homogêneo e vazio da moderna narrativa da nação” não contempla diversas outras narrativas que não as dos colonizadores, dos grupos dominantes, as deixando à margem, ou seja, o autor demonstra que a narrativa performática, oriunda de grupos oprimidos, e levando em consideração as múltiplas temporalidades, busca sempre reescrever a narrativa que é a nação, rompendo com os silêncios existentes nas modernas “nações imaginadas”, em uma crítica ao esquema proposto por Benedict Anderson.

A narrativa pedagógica da nação busca sempre uma uniformização, pois possui como principal característica o tempo historicista do discurso pedagógico que “funda sua autoridade narrativa em uma tradição do povo [...] encapsulado numa sucessão de momentos históricos que representa uma eternidade produzida por autogeração” (BHABHA, 1998, p. 209). Entretanto, os grupos que vivem à margem da narrativa nacional intervêm no processo de significação, alterando desta maneira as representações que foram impostas pelos grupos dominantes. A principal característica da nação consiste na ambivalência, e por esta razão Bhabha propõe uma cisão com a temporalidade continuísta do pedagógico para a escrita da nação a partir da escrita ambivalente, por meio da temporalidade disjuntiva, isto é, esta escrita desconstrói o discurso homogêneo da nação, enfatizando essa possibilidade quando enfatiza que “das margens da modernidade, nos extremos insuperáveis do contar histórias, encontramos a questão da diferença cultural como a perplexidade de viver, e escrever, a nação” (BHABHA, 1998, p. 227).

O regionalismo de Mário de Andrade na eleição do patrimônio cultural nacional

Com esta exposição que realizamos até aqui, na qual tomamos o nacionalismo enquanto discurso, dispositivo e narrativa, tivemos como objetivo ressaltar que estes autores deslocam suas respectivas análises para o conflito, a luta, a disputa e a ambivalência existentes no nacionalismo e no momento em que ocorre a formação das nações modernas. Assim sendo, tomaremos o patrimônio histórico e artístico nacional a partir dessa premissa, como resultado de luta e disputa sobre o passado.

Incluiríamos, entre essa heterogeneidade de elementos que compõe o dispositivo do nacionalismo, a narrativa patrimonial nacional que, juntamente com o discurso histórico (historiografia nacional), foram responsáveis por legitimar o passado de origem da nação. Nesse sentido, o estudo de Albuquerque Jr (1999) demonstrou que o discurso paulista, assim como tantos outros, foi igualmente regionalista. Em vez de tomar este discurso regionalista como o nacional, como muitos estudos históricos fazem, o historiador enfatizou que os vestígios, heranças, memórias e história paulista foram associadas a vestígios, herança, memória e história do nacional. Corroboramos com este autor, porém, acrescentaríamos que, no que tange ao patrimônio nacional, o discurso regionalista que foi associado ao nacional foi o paulista/mineiro.

Além disso, este estudo rompe com vários outros estudos realizados no Brasil nos últimos anos, que sempre apresentam como nacionalista todos aqueles intelectuais

originários das terras paulistas, cariocas e mineiras. Albuquerque Jr demonstra que o regionalismo estava presente no discurso dos intelectuais paulistas, assim como tantos outros regionalismos. A própria historiografia nacional foi estabelecida em meio ao embate destas relações de saber/poder. Em meio à querela intelectual sobre a origem do Brasil, os intelectuais de São Paulo – que alçou representatividade na historiografia nacional – elegeram os bandeirantes, o nomadismo e a interiorização como os agentes determinantes da integração nacional. Por outro lado, o regionalismo nordestino conduzido pelo sociólogo pernambucano Gilberto Freyre produziu outra interpretação sobre a formação do Brasil, de acordo com ele, no litoral do Nordeste, os senhores de engenhos e o sedentarismo estão no cerne desse processo, conforme propõe Albuquerque Jr (1999, p. 103), o passado colonial é abordado por estes dois lugares de fala. O discurso dos paulistas enfatiza “São Paulo, como polo dinâmico do Brasil colonial, da origem nacional” destacando o papel do nomadismo, enquanto o sedentarismo afirma “o papel do Nordeste como célula inicial de nossa civilização, embora todos vejam com reserva o nomadismo”.

Do mesmo modo, ocorreu um debate entre esses intelectuais sobre a origem social dos bandeirantes e dos senhores do engenho (descritos por Freyre pelo seu caráter aristocrático), os “barões de gênero de vida quase feudal” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.103). Nessa esteira, nomes como Oliveira Vianna também encontraram nos bandeirantes essa pompa aristocrática, contudo, entre os paulistas, o passado nobre dos bandeirantes não encontrou respaldo, sendo descritos por muitos como “homens pobres, grosseiros de modos, vivendo quase na indigência” ao mesmo tempo em que “a riqueza do presente em São Paulo é oposta à sua nobreza no passado, reforçando a imagem de decadência do Nordeste, pois a riqueza passada contrasta com a crise do presente” (ALBUQUERQUE JR, 1999, p.106).

Aos intelectuais paulistas, tal como demonstra a historiografia sobre a origem de São Paulo, pouco restou de vestígios do pobre passado colonial a ser eleito como patrimônio nacional, o que contrastava com outras cidades coloniais do Brasil. Por conseguinte, é possível afirmar que os modernistas paulistas buscaram, nas fronteiras desbravadas pelos bandeirantes no interior da colônia, – nas cidades que surgiram nos ciclos de ouro e diamante – uma forma de embutir São Paulo na memória nacional, ligada ao reconhecimento da cultura material.

Embora o pensamento regionalista esteja presente hoje na atual discussão sobre a construção da memória nacional pela historiografia brasileira, na área de patrimônio poucos autores adotam a presença dos discursos regionais como preponderantes na produção dos valores estéticos e históricos aos vestígios do passado brasileiro, e alguns, quando abordam essa temática, acabam por defender um distanciamento dos intelectuais responsáveis por esse processo dos discursos regionais em que estavam inseridos. Conforme podemos observar em Oliveira (1980) e Fonseca (2009) que defendem que o grupo de modernistas mineiros e paulistas, ao reconhecerem a arte e arquitetura barroca de Minas Gerais como símbolo totêmico do patrimônio nacional, “não se revestiu de um provincianismo estreito ou de um localismo pitoresco” (OLIVEIRA 1980, p. 15), pois, segundo Fonseca (2009, p. 93), “havia entre os mineiros um sentido de constituírem uma elite intelectual e com a vocação do espírito público. Predominavam neles os seguintes valores: o rigor; a sobriedade; a honestidade intelectual e moral, e, sobretudo, o senso do dever”.

Compreendemos que estes intelectuais não se distanciaram dos seus lugares de fala. Os discursos regionalistas, nos quais os intelectuais modernistas estavam imersos, foram determinantes na eleição do patrimônio nacional, posto que “não existe relato histórico no qual não esteja explicitada a relação com um corpo social e com uma instituição de saber” (CERTEAU, 2011, p. 93), ou, conforme nos elucida Albuquerque Jr (1999, p. 29), “o campo historiográfico (...) é produto de um lugar antes mesmo de o ser de um meio ou de um indivíduo. E é este lugar que deve ser questionado constantemente pelo especialista de história”.

Por que Mário de Andrade e demais modernistas são tomados como exclusivamente nacionalistas pela historiografia brasileira? Por que os regionalistas nordestinos são postos como antagônicos aos modernistas no que tange seus discursos nacionalistas? Diante destes questionamentos, demonstraremos, a seguir, a partir de escritos de Mário de Andrade, que essa interpretação que vem sendo realizada pela historiografia sobre a política patrimonial brasileira pode ser facilmente questionada.

Mário de Andrade está presente em grande parte dos estudos sobre a criação do SPHAN¹ e invenção do patrimônio histórico e artístico nacional, seja pelo seu protagonismo dentre os modernistas, ou devido a suas pesquisas que adentravam o reconhecimento da arte e arquitetura nacional desde a primeira década do século XX.

¹ O SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – foi criado em 1937 pelo então Ministro da Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema e existiu até 1946, quando teve seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970 foi transformado no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), que existe até os dias de hoje.

Pesa ainda o fato de Mário receber, em 1936, o convite do ministro Gustavo Capanema para elaborar o pré-projeto que nortearia a salvaguarda do patrimônio nacional. Rubino (1991) menciona que o anteprojeto de Mário se tornou um “mito” no campo da preservação no Brasil e seu criador um “profeta”. Sobre o anteprojeto, Fonseca (2009, p. 99) recorda que Mário:

Desenvolveu uma concepção de patrimônio extremamente avançada para seu tempo, que em alguns pontos antecipa, inclusive, preceitos da Carta de Veneza, de 1964. Ao reunir num mesmo conceito – arte – manifestações eruditas e populares, Mário de Andrade afirma o caráter ao mesmo tempo particular/nacional e universal da arte autêntica, ou seja, a que merece proteção.

Contudo, Fonseca (2009) verifica que para Rodrigo de Andrade não seria viável criar um instrumento de proteção abarcadora da concepção de patrimônio ampla e avançada proposta por Mário no anteprojeto de 1936, porque, além de bens materiais, o modernista paulista considerava a proteção de bens intangíveis (música, lendas, contos, etc.). Além disso, a pluralidade defendida por Mário confrontava com o projeto de unidade nacional, em um Estado Novo centralizador, que estava preocupado em combater os regionalismos no Brasil.

Apesar disso, quando Mário atuou no SPHAN de São Paulo acabou se distanciando da noção de patrimônio encontrada em seu anteprojeto, logo restringiu a busca à arquitetura luso-brasileira, que considerava a nossa arquitetura “genuinamente nacional”. Rubino (1991, p. 151) lembrou que “curiosamente, enquanto funcionário do SPHAN, Mário não seguiu o anteprojeto do SPHAN, ao menos não em sua plenitude”, no qual se limitou a encontrar, em São Paulo, elementos da arquitetura considerada características do início de nossa civilização, a exemplo da religiosidade². Contudo, Rubino (1991, p. 151) ainda destacou: “se o anteprojeto sofreu alterações ao se tornar o decreto-lei n. 25, na prática de preservação que se instituiu a partir deste, Mário (...) operou tão na bitola do que se tornaria o SPHAN que é difícil saber quem influenciou quem”.

Há ainda outras interpretações sobre o discurso nacionalista de Mário de Andrade. Telê Porto Ancona Lopez (1972, p. 204), em “Mário de Andrade: ramais e caminho”, trata dessa delicada questão para o intelectual. Na obra, afirma que, para Mário, em 1925, o

² Para Mário, um dos valores no qual teria moldado a identidade nacional seria a religiosidade, característica esta que levou a arquitetura religiosa ter sido símbolo do patrimônio nacional nas primeiras décadas de atuação do SPHAN. Ver: NATAL, 2007; LOPEZ 1972.

nacionalismo “é uma etapa de conhecimento, de autoconhecimento nacional, que futuramente deverá ser suplantada pela integração das artes brasileiras na universalidade”. Contudo, dois anos depois, em uma carta a Manuel Bandeira, negou ser um nacionalista, como se apresentavam muitos intelectuais da época. Sua crítica era direcionada a “aqueles que observam o Brasil sem interferir”. Em vez disso, se considerou “brasileiro”. Em suas palavras, “o nacionalismo se tornara uma onda, moda, não prática cotidiana; reduzira-se ao conceito estreito de pátria que nega” (LOPEZ, 1972, p. 206).

A autora mostra que o intelectual se apresentou enquanto defensor da cultura nacional, tanto que se dedicou ao processo de “desgeografização do Brasil”, como defendeu. Para Mário, o país era dividido geograficamente, portanto, defender o regionalismo contribuía para o distanciamento das regiões. Lopez (1972, p. 210) apresenta uma síntese da interpretação do modernista sobre o regionalismo:

Mário de Andrade deixa bem claro que o abasileiramento do Brasil culto não se resumiria na fusão de regionalismos de outros naipes, mas que essa mesma busca de regionalismo não passava de uma consequência da caracterização da cultura nacional em todas as facetas que pudesse apresentar. O importante, pensa-se agora, seria distinguir as atribuições das partes e não lhes deixar autonomia que pudesse ameaçar o todo, o nacionalismo.

Lopez (1972, p. 213) adentra também na questão da nacionalidade e internacionalidade, o que para a autora não “são conflitantes politicamente em seu momento, pois se completam”. No que concerne à pátria, o intelectual modernista a “repudia enquanto ligação com a particularidade de uma nação”, contudo, dialeticamente defende a pátria, “uma vez que, como postulado vigente, pode ser utilizado para a construção da nacionalidade enquanto cultura e independência econômica”. Desse modo, para Mário, “a internacionalidade seria então o ‘alastramento do conceito de pátria’ de forma a abranger toda a humanidade. Pátria tornar-se-ia o geral e o particular fundidos, simultâneos” (LOPEZ, 1972, p. 213). Para Lopez, apesar de Mário de Andrade condenar os regionalistas, o regionalismo e bairrismo estavam presentes em sua produção intelectual.

Pátria é o nacionalismo que não pode admitir o Regionalismo estético e político (...). Apesar de negá-lo, Mário de Andrade não percebe quando mergulha em profundidade na área do particular, sobrepondo inconscientemente um estado à região e à totalidade da nação. Tornando-se bairrista ao valorizar excessivamente São Paulo, em detrimento do conceito que manifesta sobre os outros estados, mormente os do Norte (...) se furta ao rótulo de bairrista, apesar de agir como tal, brigando pelo que julga direito de São Paulo (...) fora das polêmicas modernistas, o bairrismo do escritor se manifesta mais agudamente aos estados no Norte (LOPEZ, 1972, p. 215-217-219).

Seguindo essa perspectiva, percebemos que Mário de Andrade não se distanciou do discurso regionalista paulista na eleição do patrimônio histórico e artístico nacional. Nesse sentido, o intelectual encontrou nos bandeirantes os responsáveis pela formação da nação brasileira, legitimando o Brasil como uma civilização conquistada pela ambição dos paulistas. Descritos pela historiografia como homens desbravadores que conquistaram territórios e grandes riquezas para a colônia: o ouro e diamante, diferentemente do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre, que fazia crítica ao mito de origem da formação espacial nacional pelos bandeirantes e via nos senhores de engenho do litoral nordestino os responsáveis pela formação da identidade nacional brasileira. Mas Freyre, ao contrário de Mário de Andrade, reconhecia-se como regionalista, assim como é reconhecido pela historiografia como tal (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999).

Para Pedro Funari (1999), em função do desenvolvimento econômico do estado de São Paulo, no início do século XX, a elite paulista passou a controlar a política nacional e interpretar o país a partir do seu próprio passado histórico, isto é, dos primeiros paulistas: os bandeirantes. De acordo com essa visão, a elite paulista, através da cultura material, estabeleceu na história nacional uma ideologia do homem bandeirante paulista como formador do Brasil. Essa mitologia foi manipulada graças à cultura material que compôs o Museu Paulista junto a uma historiografia que também legitima o bandeirante como formador da identidade nacional.

O Brasil colonial, como uma criação bandeirante, era uma conquista do interior e não é surpreendente notar que a aliança entre São Paulo e Minas Gerais era um desafio ideológico bandeirante: os mineiros eram, originalmente, colonizadores paulistas em áreas de minas, no interior. Esta era a espinha dorsal do país, esta vasta área central (São Paulo e Minas Gerais), a qual, desde tempos coloniais, servia como a principal defensora da identidade e unidade nacional contra os estrangeiros (espanhóis), os índios e os negros revoltosos, de norte a sul, e contra os movimentos separatistas de diferentes partes do país (FUNARI, 1995, p. 39).

Através do pensamento da elite paulista, junto aos seus intelectuais, o Brasil sempre se construiu a partir de São Paulo. Partindo desta premissa, no ano de 1919, os intelectuais paulistas Mário de Andrade, Oswald Andrade e Tarsila do Amaral buscaram a genuína arte e arquitetura brasileira no interior do Brasil. Esses se distanciaram do litoral brasileiro antes mesmo de partirem de São Paulo e encontraram nas cidades coloniais mineiras, descobertas pelos bandeirantes, uma continuidade da sociedade paulista. Assim, inicialmente, a ideologia que nutriu a valorização do patrimônio mineiro foi construída pela elite paulista através da narrativa bandeirante. Na viagem dos

modernistas em 1919 às cidades coloniais mineiras, conforme apontou Caio M. Natal (2007, p. 121):

Oswald de Andrade batizou a viagem a Minas como Viagem de descoberta do Brasil, (...) dentro desta proposta modernista de visitar o passado brasileiro, naquilo que ele possuía de mais genuíno, com o intuito de descobrir as origens da nacionalidade para se construir um país moderno.

A narrativa de São Paulo como célula inicial do Brasil estava presente na viagem realizada por Mário de Andrade com os demais modernistas, haja vista que “se proclamavam os bandeirantes do século XX, isto é, aqueles aos quais caberia a tarefa de redescobrir as preciosidades esquecidas no interior do Brasil, aqueles que iriam redescobrir, enfim, a própria nação” (NATAL, 2007, p. 122). Não coincidentemente, os modernistas percorreram somente as cidades coloniais fundadas pelos bandeirantes em Minas Gerais, se esquecendo de adentrar nas tantas outras vilas fundadas pelos primeiros paulistas no interior brasileiro, como em Mato Grosso, Bahia e Goiás.

Tal pensamento encontra-se no poema de Mário de Andrade (2012, p. 427-439), “Noturno de Belo Horizonte”, escrito em sua viagem às cidades históricas mineiras.

Trechos do poema “Noturno de Belo Horizonte”

Estrelas árvores estrelas
E o silêncio fresco da noite deserta.
Belo Horizonte desapareceu
Transfigurada nas recordações.
...Minas Gerais, fruta paulista... (...)
Passou talqual o fausto das paragens de ouro velho...
Minas Gerais, fruta paulista...
Fruta que apodreceu.
Frutificou mineira! Taratá! (...)
Na fazenda do Barreiro recebem opulentamente.
Os pratos nativos são índices de nacionalidade. (...)
Força das xiriricas das florestas e cerrados!
Minas Gerais, fruta paulista!... (...) (*Grifos meus*).

É interessante observar que em uma carta endereçada a Carlos Drummond de Andrade em 1925, Mário demonstra preocupação com uma crítica que havia recebido de Tristão de Ataíde. No referido poema, no qual homenageava as Minas Gerais, Ataíde o acusou de ser regionalista. Em seguida, Mário se defende de tal acusação e assegura que tais versos tratam sobre o Brasil, todavia, acaba reafirmando que o interior brasileiro tenha sido uma conquista bandeirante. Podemos perceber, ainda, que até mesmo naquele momento já havia uma interpretação que seus escritos também possuíam uma característica regionalista.

Regionalista não sou positivamente. Emprego, isto é, estou tentando falar do brasileiro, sistematização e não à toa, em que uso termos e modismos de toda a parte do Brasil, e quanto a modismo geralmente uso os mais generalizados.

Nisso tem justamente o contrário de regionalismo. Se é porque tenho o refrão “Minas Gerais fruta paulista” ele não entendeu absolutamente o que eu quis falar. Minas como grande parte do Brasil interior é fruta que os bandeirantes produziram pro Brasil litorâneo. Tanto que disse que essa fruta apodreceu. Depois frutificou, veja bem que emprego o frutificou e não que ficou boa outra vez. Frutificou por si, paulista não tem mais nada com isso, frutificou pelos mineiros da mesma forma com que estamos frutificando pelos brasileiros e não por Portugal com o qual não temos mais nada (ANDRADE, 1982, p.50).

Podemos encontrar na fala de Mário que o Brasil havia rompido com Portugal, que o Brasil era coisa de brasileiros, todavia, havia um determinado momento em que surgiu o Brasil, ou mais precisamente a arte e a arquitetura brasileiras. Houve um dado momento e um determinado lugar em que o Brasil rompera com Portugal: as Minas Gerais do século XVIII. Mário de Andrade encontrou, no distanciamento das cidades coloniais mineiras com o litoral, o agente cultural que possibilitou ali se erguer uma arquitetura distinta da portuguesa, capaz de romper com a influência da metrópole, o que, segundo Mário, não havia ocorrido na região litorânea do Brasil, antagônica espacialmente a Minas Gerais. Para o modernista paulista, a arte e a arquitetura encontradas nas cidades litorâneas coloniais, Olinda e Salvador, por exemplo, eram muito mais uma repetição da arte e arquitetura lusitana. Neste ínterim, a autenticidade da arquitetura nacional havia brotado no período setecentista nas Minas Gerais, pois graças a sua religiosidade e distanciamento, reproduziu na região a arte e a arquitetura que rompeu com a arquitetura portuguesa, em outras palavras, a arte e a arquitetura genuinamente nacional.

Foi nesse meio oscilante de inconstâncias [Minas Gerais] que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A Igreja pôde aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original, que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião própria nos dois outros centros [Rio e Bahia]. Estes viviam de observar o jardim luso que a miragem do Atlântico lhes apresentava continuamente aos olhos: em Minas, se me permitirdes o arrojo da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional (ANDRADE, 1993, p. 78 *apud* NATAL, 2007, p. 114).

Nesse sentido, podemos perceber que a busca pela invenção e representação da autêntica arte e arquitetura brasileira, a exemplo do que nos elucida François Hartog (1999), ocorreu como uma operação de retórica da alteridade, na qual a arte e a arquitetura do Nordeste – especialmente a baiana – serviram como espelho para a arte e a arquitetura mineiras se construírem nacionalmente. A arquitetura e arte colonial mineira foi representada como simples, autêntica, autônoma e símbolo totêmico de uma cultura nacional, frente à arquitetura colonial baiana que, apesar de suntuosa e monumental, teve

sua representação constituída pelos modernistas e seria herança de um período em que o Brasil ainda era dependente culturalmente de Portugal.

Desenvolvida em rápida escala, a arquitetura religiosa ilhou-se em três centros principais: Bahia (a que também se ajuntará Pernambuco), Rio de Janeiro e Minas. (...) Na Bahia, o Barroco atinge uma expressão menos sincera, a construção é mais erudita; no Rio de Janeiro a preocupação artística exterior diminui ao passo que a decoração interna atinge ao delírio, produzindo a obra-prima do entalhe que é a igreja de S. Francisco da Penitência; em Minas, vamos deparar a suprema glorificação da linha curva, o estilo mais característico, duma originalidade excelente (ANDRADE, 1993, p. 50 *apud* NATAL, 2007, p. 112).

Mário de Andrade não poderia se distanciar do seu lugar social ao escrever sobre o passado das regiões brasileiras, pois a presença ideológica da elite paulista estava presente em sua interpretação sobre o passado arquitetônico de São Paulo. Assim, é possível percebê-lo no discurso do intelectual no momento da fundação do SPHAN, em 1937, anos depois da viagem dos modernistas às cidades mineiras, quando esteve à frente da sexta região do SPHAN (São Paulo), produzindo, nesse período, parte dos estudos sobre o patrimônio desse estado. A característica nômade dos bandeirantes, para Mário, foi a justificativa para que São Paulo “não possuísse um patrimônio arquitetônico de grande expressividade como os demais estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais” (ANDRADE, 1937, p. 119).

Encontramos mais uma vez no discurso de Mário de Andrade (1937, p. 119) a menção de que os bandeirantes teriam sido responsáveis pela formação de uma territorialidade fora de São Paulo, quando relata sobre “as condições históricas e econômicas desse meu Estado, a contínua evasão de paulistas empreendedores para outros estados do Brasil nos séculos XVII e XVIII”. Em uma carta escrita no ano de 1937 para Rodrigo Franco Melo de Andrade, Mário de Andrade (1981, p. 80) lamenta a realidade sobre o passado paulista:

Cumpre-me ainda lembrar mais uma vez o que já afirmei a V. Ex. verbalmente. Não é possível esperar-se de São Paulo grande coisa com valor artístico tradicional. (...) ou ruínas de quanto progresso rastaquiera não cuidou de conservar, ou precariedades de uma gente dura e ambiciosa, que menos cuidava de delícias que aventura. Se é certo que sobram aos paulistas mil meios de se consolar de sua pobreza artística tradicional: consolação não modifica a verdade.

No texto, produzido para a primeira edição da Revista do SPHAN, Mário de Andrade (1937, p. 119) discorre sobre tal tarefa “vagar assim, pelos mil caminhos de São Paulo, em busca de grandezas passadas, é trabalho de fome e de muita, muita amargura. Procura-se demais e encontra-se quase nada”; e diante das dificuldades encontradas na busca do patrimônio do seu estado, Mário esclarece que “o critério para um trabalho proveitoso de defesa e tombamento do que o passado nos legou tem de se pautar, no

Estado de São Paulo, quase exclusivamente pelo ângulo histórico”. Para o modernista, “no período que deixou no Brasil as nossas mais belas grandezas coloniais os séculos XVIII e XIX até fins do Primeiro Império, São Paulo estava abatido, ou ainda desensarado dos reveses que sofrera”.

São Paulo, aos olhos de Mário de Andrade (1937, p. 119), “não pode apresentar documentação alguma que, na condição de arte, aproxime-se sequer da arquitetura ou estatuária mineira, da pintura, dos entalhes e dos interiores completos do Rio, de Pernambuco ou da Bahia”. O critério *histórico* passou a equivaler ao que deveria ser valorizado no patrimônio arquitetônico no pobre estado colonial paulista, o que se diferenciava do critério dominante nas primeiras décadas de atuação do SPHAN: o *artístico*³. Rubino (2002, p. 152) ressalva que, diante dos resultados encontrados em seu estado natal, Mário sugeriu a criação de um órgão estadual aos moldes do SPHAN para proteger o patrimônio paulista, restringindo a responsabilidade de São Paulo aos paulistas, “o que permitiria a distinção entre interesse nacional, regional e local, *paulista*”, fundação que só ocorreu décadas depois.



Figura 1: Igreja Santo Antônio em São Roque, São Paulo
Fonte: Revista do SPHAN, 1937.

Exemplo dessa exposição sobre o patrimônio arquitetônico paulista podemos encontrar no estudo realizado em 1937 por Mário de Andrade – e, posteriormente, por Lúcio Costa – sobre as capelas de Santo Antônio e de Nossa Senhora da Conceição,

³ Sobre a valorização do critério estético-estilísticas do SPHAN, ver: MOTTA, 2002.

edificadas no período setecentista, localizadas nos municípios de São Roque e Santana de Parnaíba, respectivamente. Apesar da ressalva de Mário de que a preservação a nível estadual do patrimônio de São Paulo fosse a mais indicada para o patrimônio arquitetônico encontrado nas fronteiras do estado, o SPHAN reconheceu as “capelas toscas” do interior paulista como patrimônio histórico e artístico nacional. Deste modo, as “capelas toscas” paulistas foram tombadas em 1941 pelo SPHAN, anterior a muitas igrejas barrocas monumentais encontradas em outras regiões do Brasil. As construções religiosas, originárias dos séculos XVI, XVII e XVIII, destruídas pelo país, talvez tivessem tido outro fim, caso tivessem sido erguidas sobre terras paulistas e mineiras.

Considerações finais

Não queremos dizer com este texto que os intelectuais nordestinos não foram regionalistas, ao contrário, corroboramos com esta interpretação; ou ainda que as “capelas toscas” não merecerem suas respectivas preservações enquanto patrimônio nacional. O que intentamos destacar é que intelectuais oriundos de demais regiões também estavam permeados pelos regionalismos, a exemplo dos intelectuais paulistas e mineiros, inclusive Mário de Andrade. Assim como revelar que a seleção dos símbolos totêmicos nacionais foi permeada pelos regionalismos, mesmo que sejam postos como nacionalistas. Nessa perspectiva, o patrimônio nacional também esteve imerso nas lutas e nos embates da narrativa nacional.

É certo que havia outras narrativas sobre o patrimônio histórico e artístico no Brasil, por isto direcionamos para o regionalismo em torno da construção de tal narrativa, que é a nação brasileira. É incompatível a fixidez da narrativa da nação com o fato de ser construída socialmente, por esta razão cabe ao historiador demonstrar as disputas e lutas em torno do passado, mesmo que muitas vezes estejam silenciadas por uma narrativa homogênea da nação e pela historiografia produzida sobre esse processo de construção histórica.

MARIO DE ANDRADE: NATIONALIST OR PAULISTA REGIONALIST IN SERVIÇO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL?

Abstract: This paper aims the narrative of Brazilian heritage that emerges in the first decades of the 20th Century grows alongside the debate about the origin of the nation. In this sense, various discourses are pronounced to legitimize a past national origin, coming from different social places. This being the case, we will take nationalism as discourse, narrative and tool, directed towards our respective analysis, with relation to the conflict, the fight and the dispute existing in the moment in which the invention of the past and of historic and national artistic heritage occur. The search for authentic vestiges of our origin were responsible for the surge in determined narratives of nationality and, although everything may have been immersed in regionalist discourses, only the defeated discourses were taken to be regional while the narrative of the victors was seen as possessing a national character. The discourse of Mario de Andrade is emblematic for our understanding of the dispute over a national narrative. Their places of origin and the regionalisms present in their discourses about the origin of the nation are fundamental for understanding the choice of national narrative and of the totemic symbols of nationality.

Keywords: Mário de Andrade. Nacionalism. Regionalismo. Heritage national.

Referências

ACTON, John Emerich E. D. Nacionalidade. In: BALAKRISHNAN, Gopal. Um mapa da questão nacional. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008, p. 23-44.

AGAMBEN, Giorgio. A Exceção O que é um dispositivo? Outra travessia, eISSN 2176-8552, n. 5 (2005), p.9-16. Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

ANDRADE, Rodrigo M. F. Rodrigo e o SPHAN. Rio de Janeiro: MinC; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

_____. Rodrigo e seus tempos. Rio de Janeiro: Pró-Memória, 1986.

ANDRADE, Mário de. A arte religiosa no Brasil. São Paulo: Experimento/Giordano, 1993.

_____. A Capela de Santo Antônio. Revista do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937, 119-126.

_____. A lição do amigo: cartas de Mário de Andrade a Carlos Drummond de Andrade. Ed Record, 1ª edição, 1982.

_____. Cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945). 1981.

_____. “Noturno de Belo Horizonte”. Revista do IPHAN, 2012, p. 427-439.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M. de. A Invenção do Nordeste e outras artes. 1ª ed. São Paulo: Cortez; Recife: Massangana, 1999.

_____. A invenção do Nordeste e outras artes. 4ª ed. Recife: FJN; Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2009. 340 p.

BHABHA, H. O local da cultura. Belo Horizonte: Editora da UFRMG. 1997.

BOMENY, Helena. Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

_____. Os Guardiões da Razão: Modernistas Mineiros. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.

CALHOUN, Craig. Nacionalismo. Buenos Aires: Livros del Zorzal, 2007.

CANDIOTO, C. Verdade e Diferença no pensamento de Michel Foucault. *Kriterion* (UFMG. Impresso), v. 48, p. 203-217, 2007.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. *TOPOI*, v. 4, n. 7, jul.-dez. 2003, pp. 313-333.

FICHTE, Johann G. Discursos à nação alemã. Lisboa: Circulo de Leitores. Coleção temas e Debates [1808] 2009.

FONSECA, Maria C. L. “A Invenção do Patrimônio e a Memória Nacional” In: BOMENY, Helena (Org.). Constelação Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 85-101.

_____. O patrimônio em processo: trajetória da política federal da preservação no Brasil, Rio de Janeiro; Editora UFRJ – Minc-IPHAN. 3ª Ed. 2009.

_____. Da modernização à Participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico*. org.: Antônio Augusto Arantes. Volume 24. Rio de Janeiro: Fundação Pró-Memória, 1996.

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. Editora Paz & Terra, 2ª Ed. 2015.

FUNARI, P. P. A cultura material e a construção da mitologia bandeirante: problemas da identidade nacional brasileira. *Locus* (Juiz de Fora), v. 2, n. 1, p. 29- 48, 1995.

HARTOG, François. O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LOPEZ, Telê Porto Ancona; Ramais e Caminho; São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1972.

MOTTA, Lia. Cidades mineiras e o Iphan, p. 124-140. *Cidade: história e desafios* / Lúcia Lippi Oliveira, organizadora. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 2002. 295 p.

NATAL, Caion Meneguello. Ouro Preto: a construção de uma cidade histórica, 1891-1933 - Campinas, SP, 2007. Dissertação de mestrado UNICAMP.

POMIAN, Krzystof. “Coleção”. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

RENAN, Ernst. "O que é a nação? (Conferência realizada na Sorbonne, em 11 de março de 1822). Tradução Samuel Titan Jr. Em Revista Plural, Sociologia, USP, São Paulo, 4: 154-175, 1997.

RUBINO, Silvana. As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1991.

SANT'ANNA, Márcia Genésia. Da cidade-monumento à cidade-documento: a trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de mestrado, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e urbanismo, UFBA.

SOBRE O AUTOR

Carolino Marcelo de Sousa Brito é doutorando em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS).

Recebido em 31/05/2017

Aceito em 15/12/2017